

EDITORIAL

É com grande satisfação que publicamos os números 10/11 da REVISTA AGRÁRIA que reúnem um dossiê especial sobre a propriedade da terra no Brasil. Este tema sempre ocupou lugar de destaque no debate acadêmico e político e tem despertado maiores atenções recentemente em razão do alcance e intensidade com que hoje se verifica a expansão do capitalismo na agricultura em nosso país e sua consequente “fome de terras”.

Os textos que compõem o dossiê revelam a atualidade da questão agrária e analisam velhos e novos agentes que estão no centro dos processos em andamento no campo, bem como os seus principais conteúdos.

Em artigo intitulado “Redefinições em torno da propriedade privada na Amazônia: ecologismo e produtivismo no tempo do mercado” Joaquim Shiraishi Neto trata do atual conteúdo da propriedade privada e avalia se ele é capaz de atender as demandas sociais que lhes são colocadas. Para isso, Neto parte de uma reflexão sobre as atuais transformações por que passa o discurso sobre a propriedade privada na Amazônia, confrontando a visão jurídica tradicional e os “novos” conteúdos evidenciados no discurso dos movimentos sociais que se autodefinem por critérios de identidade étnica e reivindicam a manutenção e garantia de direitos territoriais frente a situações adversas.

O texto de Cândido Neto da Cunha descreve a história de mais de 40 anos de existência do Polígono Desapropriado de Altamira no Pará que abarca processos característicos da história recente da região amazônica. Inicialmente o polígono sedia projetos de colonização nos anos 1970 e, a partir do final dos anos 1990, projetos de assentamento e de desenvolvimento sustentável. Além destes, também comporta unidades de conservação e terras indígenas. Cunha analisa o impacto dos projetos sobre a distribuição de terras e as consequências da atuação na área de madeireiros e grileiros em face da ausência de um real compromisso do Estado em assegurar a viabilização econômica dos assentados. O autor salienta que a Medida Provisória nº 458/09, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União no âmbito da Amazônia Legal, vem novamente assegurar a manutenção da concentração de terras na região. E conclui afirmando que, embora concebido originariamente como espaço destinado para a realização de reforma agrária em terras públicas, o polígono pode ser identificado como um exemplo de contrarreforma agrária.

O artigo de Alexandra Maria de Oliveira trata de mais um caso de contrarreforma agrária: a implantação da política agrária do Banco Mundial no estado do Ceará por meio de programas de crédito fundiário ou reforma agrária de mercado. Segundo a autora, os programas de crédito fundiário no Brasil têm se revelado antes de tudo políticas cujos principais beneficiários são os grandes proprietários de terra, uma vez que suas terras são negociadas a preços vantajosos, enquanto que, para os assentados, estes projetos têm gerado alto nível de endividamento e se mostrado economicamente inviáveis.

Vicente Eudes Lemos Alves discute a formação do mercado de terras partir do avanço da modernização agrícola nos cerrados piauienses, um processo iniciado nos anos 1970, quando foram adquiridas terras no sul do Piauí para o desenvolvimento de projetos de modernização agropecuária e de reflorestamento financiados pela Sudene. Entre outras questões, o autor analisa a apropriação irregular de terras de uso comum e suas consequências para as populações camponesas da região.

A sessão teórica traz o artigo “Limites do território” de José Gilberto de Souza resultante do diálogo que o autor estabelece com Bernardo Mançano Fernandes desde o ano de 2007. Nele Souza explicita suas diferenças em relação a Fernandes e apresenta uma análise bem fundamentada sobre as formas de apropriação teórica do conceito de território no âmbito da geografia agrária, destacando seus limites enquanto categoria de análise e identificando os seus elementos centrais. Souza adverte sobre o apriorismo na definição de território e salienta a necessidade de se reconhecer sua dinâmica e formação como decorrentes exclusivamente das relações sociais de produção.

Na sessão de resenhas temos Andrei Cornetta apresentando o livro “Políticas da natureza, como fazer ciência na democracia” de Bruno Latour, que vale a pena conferir. Neste livro Latour desenvolve reflexões sobre a sociedade e a natureza de importância fundamental para a renovação do pensamento geográfico em geral bem como para o campo da geografia agrária. Ele nos convida a construir uma ecologia política radical que busque superar o abismo entre a compreensão dos fenômenos naturais (a cargo da ciência) e a regulação da vida social (a cargo da política).

Desejamos a todos uma boa leitura!

Marta Inez Medeiros Marques